

IX Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste
Construindo o diálogo: caminhos, redes e relacionamentos
Manaus, 29 de agosto a 02 de setembro de 2005
Grupo de Trabalho 02
Povos indígenas, projetos e desenvolvimento

Coordenação: Antonio Carlos de Souza Lima – LACED/MN/UFRJ, Sondra Wentzel – GTZ/PDPI,
Fabio Vaz Ribeiro de Almeida – PDPI/MMA, Cássio Inglez de Sousa – PDPI/MMA

Comunicação: “Povos indígenas além das fronteiras nacionais: as relações Brasil-Noruega e a construção de uma comunidade indígena transnacional”

Autores:

Maria Barroso-Hoffmann – Doutoranda em Antropologia Social do PPGAS/MN/UFRJ e pesquisadora do LACED/MN/UFRJ

Priscilla Xavier – Graduada em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ e estagiária do LACED/MN/UFRJ

Vinicius Rosenthal – Graduando em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ e estagiário do LACED/MN/UFRJ

Resumo: Este trabalho apresenta a etnografia de um evento promovido pela cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas no Brasil, buscando situar as perspectivas dos atores indígenas e não indígenas envolvidos em sua realização à luz das redefinições introduzidas recentemente neste campo pelo estado norueguês. Estas redefinições têm levado a uma ampliação da rede de parceiros constituída ao longo dos anos 90, segundo critérios que privilegiam uma presença mais marcante das organizações indígenas, tanto da Noruega quanto do Brasil, na implementação das linhas de atuação apoiadas. O evento em questão permite examinar uma das estratégias usadas nesta direção, centrada no esforço de construção de uma comunidade indígena transnacional partindo da discussão de uma pauta comum de problemas (neste caso, o da defesa do patrimônio cultural indígena) que extrapola os marcos nacionais e permite aos índios avançar nas discussões sobre sua autonomia e possibilidades de representação política. Os dados coletados deixam claros os limites existentes para a autonomização da questão indígena frente às questões nacionais, tanto de fato quanto analiticamente, uma vez que é justamente a história de subalternização destes povos em contextos nacionais que parece constituir o grande tema a unir atores que, de resto, vivenciam condições de vida e problemas muito distintos, o que, mais uma vez, nos reporta às diferenças dos contextos nacionais em que se encontram e das trajetórias também distintas de sua constituição enquanto grupos etnicamente diferenciados.

O trabalho que se segue é o resultado de uma viagem feita a Brasília em abril de 2005 por uma equipe de pesquisa do Laced para assistir ao Seminário Internacional sobre Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, promovido conjuntamente pela Embaixada da Noruega e pelo Instituto Indígena Brasileiro da Propriedade Intelectual - INBRAPI, uma organização indígena criada em 2003 com o apoio institucional do Norad, a agência de cooperação bilateral norueguesa. A viagem visava dar continuidade à pesquisa de doutorado sobre a cooperação internacional norueguesa junto aos povos indígenas no Brasil desenvolvida por um dos membros da equipe no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, e também atendia aos interesses de nossa participação em um projeto do Laced voltado ao fomento da presença de indígenas no ensino superior, pois o seminário permitia observar um dos campos em que a necessidade de profissionais indígenas com formação universitária vem se evidenciando mais fortemente – o da defesa dos direitos coletivos destes povos. Para dar conta destes dois objetivos, optou-se por fazer uma etnografia do seminário, partindo da discussão de textos que abordavam as possibilidades de utilizar os recursos da literatura antropológica sobre rituais para tratar de eventos e cerimônias não religiosos, e, ainda, o instrumental produzido por Goffman ([1959] 1975) para desvendar aquilo que os aspectos cenográficos das interações sociais em espaços públicos têm a nos dizer sobre elas. Este instrumental permitiu-nos distinguir diferentes conjuntos de questões, que emergiram, assim, não apenas do debate dos temas propostos pelo seminário, mas também da observação de seus participantes e dos espaços de realização do evento, destacando-se dentro deles os elementos utilizados para compor o cenário das apresentações.

O seminário realizou-se durante as comemorações da Semana do Índio, ocupando dois espaços distintos: o Memorial dos Povos Indígenas e o auditório da sede do

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Embora a estruturação espacial do evento, assim como seus patrocinadores, compostos por órgãos públicos brasileiros e noruegueses, colocassem em destaque o agenciamento dos estados nacionais na expressão da representação política indígena, vale registrar que, significativamente, as bandeiras do Brasil e da Noruega em nenhum momento foram exibidas no evento. Os únicos símbolos publicizados nele foram os logotipos do INBRAPI e do NORAD, colocados no galhardete que anunciava o título do evento, e a bandeira do povo Sami, estendida no palco do auditório em que foram apresentadas as palestras. Estes elementos destacavam assim, em primeiro lugar, o apoio de uma agência de cooperação internacional européia a uma organização indígena do Brasil, algo que, sobretudo a partir dos anos 90, tornou-se uma das marcas da cena indigenista brasileira, e um elemento estratégico para a afirmação do assim chamado “novo indigenismo” (Oliveira e Iglesias). Este último associava-se às alternativas surgidas para contestar o modelo tutelar que caracterizara a atuação do estado brasileiro até a promulgação da Constituição de 1988, construídas, em boa medida, com o aporte de recursos internacionais.

A associação do Norad ao Inbrapi poderia ser lida, além disto, como parte dos padrões de atuação da indústria do desenvolvimento instituídos a partir dos anos 80, nos quais o financiamento direto das agências de cooperação internacional a organizações e comunidades locais passou a ser uma das estratégias privilegiadas. Neste sentido, poderíamos definir a associação entre o Norad e o Inbrapi como situada na confluência de duas lógicas distintas: de um lado, a que marcou a mobilização dos povos indígenas e de setores da sociedade civil brasileira, com o apoio da cooperação internacional, pelo fim da tutela e pelo reconhecimento de direitos diferenciados aos índios dentro do estado brasileiro; e, por outro, pela lógica mais geral que passou a orientar a perspectiva localista

da cooperação internacional, seja dos bancos multilaterais de desenvolvimento, seja das agências bilaterais de cooperação.

Por outro lado, os símbolos indígenas oficialmente presentes no evento — a bandeira sami e o logotipo do Inbrapi — nos remetiam aos diferentes processos de representação política dos povos indígenas localizados nos dois países envolvidos no evento, o Brasil e a Noruega. Os Sami, distribuídos entre os territórios de quatro países europeus (Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia), mantêm uma forma de representação política unificada no plano internacional, correspondente ao reconhecimento de uma unidade cultural, cujo símbolo é a bandeira contendo as cores de cada um dos países em que vivem atualmente e reportando-nos a elementos tradicionais da cultura sami, como o tambor xamânico. Vale registrar que esta unidade cultural dos Sami não corresponde a um padrão homogêneo de aquisição de direitos políticos dentro dos quatro países citados, já que eles se encontram submetidos a diferentes ordenamentos jurídico-políticos em cada um. Os índios localizados dentro do território brasileiro, por sua vez, pertencentes a 180 povos distintos, estiveram oficialmente representados no evento por uma das centenas de organizações indígenas atualmente existentes no país, explicitando com isto a ausência de uma representação política unificada em nível nacional e deixando entrever o fenômeno do assim chamado “associativismo indígena”, responsável pela existência hoje de mais de 400 organizações indígenas legalmente constituídas.

A temática da representação política dos indígenas não se expressou no evento apenas por logotipos e bandeiras, mas fez parte também das falas e palestras dos presentes, tanto de lideranças indígenas quanto de antropólogos e especialistas convidados. Por parte das lideranças que se manifestaram a respeito da questão, destacaram-se, no caso

do Brasil, tanto falas em prol da necessidade de uma representação unificada, capaz de coordenar as demandas indígenas frente ao estado brasileiro e em fóruns internacionais, quanto observações sobre a impossibilidade de alcançar-se esta unidade, com base, sobretudo, em experiências frustradas no passado nesta direção. Do lado dos antropólogos e especialistas presentes, por sua vez, verificou-se um esforço de enquadrar a fragmentação política dos índios, tanto interna a cada grupo, quanto entre os grupos, no caso do Brasil, como uma característica cultural, contrapondo-se a esta uma suposta unidade de representação política do lado dos não índios.

Esta diferença no plano político entre os índios que vivem no Brasil e na Noruega pode ser observada ainda em outros aspectos, como por exemplo, no fato de que os Sami, na Noruega, possuem um parlamento próprio, para o qual são eleitos exclusivamente representantes indígenas, com o voto de eleitores também indígenas. Este parlamento funciona separadamente do parlamento norueguês e administra um orçamento próprio que não esgota, entretanto, os recursos nacionais destinados ao povo Sami, já que parcelas significativas destes permanecem sob o controle de instâncias político-administrativas do estado norueguês. Já no caso dos índios do Brasil, a representação parlamentar vem se dando através das instâncias nacionais de representação, federais, estaduais e municipais.

Estas diferenças de situação dentro dos respectivos contextos nacionais evidenciou-se também no conteúdo das demandas colocadas em relação ao tema debatido pelo Seminário, o da defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas em relação a seu patrimônio cultural. No caso do Brasil, grande parte das questões levantadas pelos índios presentes na platéia reportavam-se à situação de territorialização a que estão submetidos. Tratava-se, basicamente, de prever mecanismos para evitar a apropriação indevida, por

variados agentes e instituições, dos recursos naturais existentes em suas terras — questão tratada sobretudo dentro temática da proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Discutia-se, também, como garantir direitos de remuneração adequados quando do uso consentido destes recursos. A relação entre território e direitos coletivos explicitava-se, assim, como um ponto central do debate no caso do Brasil, ao passo que, no da Noruega, a temática da defesa do patrimônio cultural dos povos indígenas foi colocada, sobretudo, em termos da proteção de direitos autorais, e não associada aos recursos naturais, podendo-se atribuir esta diferença ao fato de que o estado norueguês não reconhece aos Sami a posse dos territórios que habitam. Assim, enquanto as contribuições dos índios brasileiros à temática do seminário foram marcadas pela apresentação de um variadíssimo leque de questões, associado à questão da posse e defesa dos territórios que habitam e à própria multiplicidade de suas situações de interação com o meio ambiente e a sociedade envolvente, os representantes do povo Sami pautaram suas apresentações pela descrição da arquitetura institucional que vêm desenvolvendo para a defesa do patrimônio coletivo indígena, visualizado sobretudo como algo no terreno dos bens culturais imateriais a serem protegidos.

Além dos pontos de contraste acima apontados, o seminário também permitiu perceber os pontos de convergência sobre os quais vêm se construindo os argumentos em torno da constituição de uma comunidade indígena transnacional. Entre eles, destacou-se o reconhecimento de uma história comum de subalternização e discriminação vivenciada dentro dos respectivos estados nacionais em que vivem, mencionando-se também a reivindicação quanto ao *status* de povos originários dentro deles. O argumento da especificidade cultural em relação às maiorias nacionais surgiu

como um terceiro ponto de aglutinação, marcando-se este aspecto, no próprio evento, pelo uso de roupas e adereços indígenas e pelo recurso a cantos de origem xamânica, utilizados em vários momentos do seminário tanto por índios do Brasil quanto da Noruega. Finalmente, o próprio tema em debate demonstrou como a construção de uma pauta comum de problemas e de uma agenda para resolvê-los pode funcionar como elemento catalizador dos povos indígenas de diferentes países.

No caso do Brasil, o evento também evidenciou procedimentos voltados ao estabelecimento de um sentimento de unidade entre os índios de diferentes povos localizados dentro do espaço nacional. Entre eles, destacou-se o recurso de contrastar qualidades atribuídas a índios e não índios, algo que ocorreu em diversos momentos das falas dos palestrantes indígenas e das perguntas de índios que compunham a platéia, provenientes de diversas regiões do país. A construção da identidade indígena a partir da associação dos índios a formas de conhecimento e saberes específicos mereceu um destaque especial, estando na base de boa parte das características apontadas para diferenciar índios e não índios, além de estar presente no próprio logotipo do Inbrapi, composto por um maracá com um quadrado espiralado no centro, representando o englobamento dos conhecimentos fragmentários e compartimentados dos ocidentais pelo caráter holístico dos conhecimentos tradicionais indígenas. Buscava-se, com isto, conferir um sinal positivo a uma diferença até recentemente utilizada para discriminar e subalternizar os índios, desqualificando seus saberes sobretudo diante daqueles produzidos no âmbito dos diversos domínios científicos.

Em relação à observação do evento como consagrador de atores e instituidor de fronteiras sociais, podemos dizer que o Seminário prestou-se à legitimação da ampliação da rede de parceiros empreendida pela cooperação norueguesa no Brasil a partir da virada

do milênio, seguindo o critério de aprofundar o apoio direto às organizações indígenas, repartindo com estas recursos canalizados até então, majoritariamente, pelas organizações indigenistas, isto é, dirigidas por não índios. Assim, embora o evento contasse com o apoio do Norad e da Embaixada da Noruega, do lado norueguês, e dos ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Cultura, do lado do Brasil, seus grandes protagonistas foram os índios, destacando-se entre eles os representantes do Inbrapi e os representantes do povo Sami. A presença sami também apontava para esta perspectiva de fortalecimento das organizações indígenas — desta vez do lado da Noruega — traduzindo um debate travado naquele país sobre os formatos político-administrativos mais adequados à implementação da cooperação internacional junto aos povos indígenas. Dentro deste debate, parte dos atores defendia o fortalecimento da cooperação direta entre povos indígenas, em nome de uma suposta convergência de problemas e experiências entre eles e da possibilidade de instauração de relações mais simétricas dentro do universo da cooperação internacional, enquanto outros julgavam pouco relevante este aspecto, considerando igualmente válida a atuação de organizações não indígenas na cooperação junto aos povos indígenas.

Do lado brasileiro, a longa lista de apoios governamentais ao evento traduzia o quadro atual de fragmentação sob a qual a questão indígena vem sendo gerida, e que se constituiu na marca das transformações voltadas à implementação do fim da tutela e do monopólio da Funai sobre a questão indígena do ponto de vista administrativo. Dentro deste mesmo registro, de ampliação das instâncias responsáveis pela gestão da questão indígena, também é possível compreender a presença de atores provenientes de diferentes circuitos da sociedade civil no evento, alçados à condição de interlocutores legítimos dos povos indígenas, aí incluindo-se os especialistas nas matérias tratadas nos debates.

Além da ampliação do espectro de parceiros da cooperação norueguesa junto aos povos indígenas no Brasil, o evento também serviu para mostrar a ampliação de suas áreas temáticas de intervenção, acrescentando aos projetos implementados em setores tradicionais do campo da cooperação para o desenvolvimento, como os da educação, saúde e alternativas econômicas, que caracterizaram as ações dos anos 90, perspectivas de atuação na área de defesa dos direitos coletivos indígenas pelas mãos dos próprios indígenas. Neste sentido, o seminário contribuiu para consagrar um determinado perfil de organização indígena, o do Inbrapi, caracterizado por um tipo de atuação mais técnica do que política ou administrativa, construída em torno de uma especialização sobre temas específicos, e não mais a partir de uma etnia, categoria profissional ou região geográfica, como é o caso da maior parte das organizações indígenas existentes no Brasil. Este perfil, que permite a união dos índios como sujeitos de direitos iguais, pouco importando a diferença de situações concretas vivenciadas pelos vários povos dentro do universo indígena brasileiro, explicava a presença no evento de representantes de organizações indígenas de vários pontos do país, reunidas em torno do esclarecimento sobre um tema de interesse comum.

O perfil dos palestrantes não índios, tanto de organizações indigenistas quanto de órgãos governamentais, também foi marcado pelo aspecto técnico, verificando-se, na grande maioria das falas, a preocupação com a elucidação de detalhes jurídicos das questões debatidas. Não houve, assim, polarizações nem antagonismos relevantes ao longo do evento, em que pese a existência de posições divergentes entre os especialistas quanto ao regime jurídico mais adequado para enquadrar a defesa dos direitos coletivos indígenas. Esta ausência de conflitos também poderia ser lida como expressão do fato de que o evento fundava-se sobre o funcionamento de uma rede específica de atores — aquela composta por

organizações apoiadas pela cooperação norueguesa junto aos povos indígenas no Brasil e, portanto, também tinha o caráter de aprofundar contatos e fortalecer alianças dentro daquela rede. Neste sentido, vale registrar que estiveram presentes no evento, do lado da cooperação norueguesa, membros das principais instituições responsáveis hoje pela atuação junto aos povos indígenas no Brasil: a Embaixada da Noruega, o Norad e a organização não governamental Rain Forest Foundation, sugerindo que o evento também pode ter sido um espaço para aprofundar o entrosamento entre estas instâncias que, embora atuando em um mesmo campo, nem sempre têm oportunidade de afinar adequadamente perspectivas e formas de atuação. O seminário, neste quadro, pode ter servido para testar o funcionamento do novo modelo administrativo da cooperação norueguesa junto aos povos indígenas, colocado em prática na virada do milênio, no qual a presença de representantes do Norad nas embaixadas dos países apoiados foi a grande novidade, justificada pelo argumento de obter-se uma maior proximidade das populações locais, e alcançar-se uma coerência maior em relação à promoção das concepções do governo norueguês sobre os povos indígenas no diálogo com as autoridades governamentais dos países parceiros.

Quanto às relações entre doadores e donatários, caberia perguntar qual o nível de diálogo que a presença conjunta em eventos deste tipo permite instaurar. No caso em questão, como o seminário foi estruturado de forma a que os donatários ocupassem o palco e os doadores a platéia, não se estabeleceu um debate nem troca de pontos de vista entre eles sobre os assuntos tratados, ao menos publicamente, pois não foram formuladas perguntas pelos donatários nos momentos abertos à participação do público. Não se deve depreender, entretanto, que a posição de escuta tenha significado uma posição passiva, em que os doadores meramente assistiram a uma performance dos donatários, parecendo-nos, antes, associar-se a uma dimensão pedagógica, pois estar na platéia lhes permitia aprender

com o que ouviam, tanto sobre o tema em debate, quanto sobre os grupos que haviam selecionado para apoiar.

O imbricamento de um leque tão variado de atores no seminário, reunindo, tanto do lado brasileiro quanto do lado norueguês, povos indígenas, membros de organizações não governamentais e funcionários de variados órgãos governamentais, destacando-se dentre estes representantes do corpo diplomático dos dois países, mais do que a mera reprodução de um padrão que vem se tornando regra hoje na gestão das questões indígenas, pareceu-nos apontar para os limites da autonomização destas últimas frente aos respectivos contextos nacionais, mesmo quando se procura fortalecer, como no caso deste evento, as possibilidades de articulação de povos indígenas para além das fronteiras nacionais. Esta constatação, entretanto, não deve ofuscar o fato de que eventos deste tipo oferecem boas oportunidades para irmos além das polarizações entre o Norte e o Sul que costumam marcar o campo dos debates no terreno da cooperação internacional para o desenvolvimento, permitindo observar a construção deste “espaço do meio” que resulta do encontro entre atores normalmente separados, geográfica e socialmente. Embora fugazes, estes encontros fornecem elementos importantes para se perceber como determinadas questões são construídas conjuntamente, apesar da assimetria nas relações entre doadores do Norte e donatários do Sul que a literatura no campo da antropologia do desenvolvimento tem sido tão rica em apontar.

Com relação à problemática da formação superior indígena, também responsável por nosso interesse pelo evento, o seminário foi particularmente rico para mostrar de que forma esta última pode ser posta a serviço dos interesses de povos e coletividades, deixando de ser apenas um instrumento de ascensão individual. A presença de profissionais indígenas no evento mostrou, ao contrário daquilo que o senso comum no

Brasil tende a indicar sobre o assunto, que a formação universitária pode contribuir para fortalecer o sentimento de pertencimento étnico, proporcionando uma consciência mais aguda dos índios sobre si mesmos enquanto membro de povos. Assim, embora a passagem pela universidade instaure novas fronteiras entre os índios, separando aqueles que adquirem competência no domínio dos códigos letrados da sociedade envolvente daqueles que não a têm, ela contribui ao mesmo tempo para deslocar as fronteiras entre índios e não índios, retirando destes últimos o monopólio sobre o acervo de saberes que circula hoje nas diversas disciplinas universitárias. Este processo, por sua vez, contribui para retirar o debate sobre os povos indígenas do domínio exclusivo da cultura e colocá-lo no terreno da política, pois obriga-nos a pensar as identidades indígenas como algo que se constrói a partir dos lugares sociais que os atores assumem, determinantes para o roteiro de suas práticas.

Bibliografia:

- BARROSO-HOFFMANN, M. E SOUZA LIMA, A. C. 2002. "Além da tutela: aspectos de uma nova regulação dos direitos indígenas no Brasil". In: _____ (orgs.) *Além da tutela. Bases para uma nova política indigenista III*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- FORUM for Development Cooperation with Indigenous Peoples. 2002. "Strategies for Development Cooperation with Indigenous Peoples". Tromsø, Centre for Sámi Studies, University of Tromsø. Disponível em: <<http://www.sami.uit.no/forum/rapporter.html>>. Consultado em 17/10/2004.
- GOFFMANN, E. [1940]. 1975. *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GLUCKMAN, M. [1959]. 1987. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Univeristária, pp.227-344.
- PEIRANO, M. 2001. "Prefácio. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica" e "A análise antropológica dos rituais". In: _____ *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- SAUGESTAD, S. 2000. "Dilemmas in Norwegian Assistance to Indigenous Peoples. A case study from Botswana". *Forum for development studies*, 2: 205-234. Disponível em <www.nupi.no/IPS/filesotre/FDS-02-00-Saugestad.pdf> Consultado em: 12/12/2004.
- UTENRIKSDEPARTEMENTET. 2004. *Norsk innsats for å styrke arbeidet med urfolk i utviklingssamarbeidet. En rettighetsbasert tilnærming*. Disponível em: <<http://odin.dep.no/filarkiv/221485/UD-retningslinjer.pdf>> Consultado em: 13/01/2005.